

DECLARAÇÃO
DA CONFERÊNCIA DE MOSCOVO
DE PAISES EUROPEUS PARA GARANTIA
DA PAZ E DA SEGURANÇA NA EUROPA



«EDIÇÕES AVANTE»

Dezembro 1954

Preço 1\$50

DECLARAÇÃO

Dos Governos da U.R.S.S., da República Popular da Polónia, da República da Checoslováquia, República Democrática Alemã, República Popular da Hungria, República Popular da Roménia, República Popular da Bulgária e República Popular da Albânia.

Os Representantes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da República Popular da Polónia, da República da Checoslováquia, da República Democrática Alemã, da República Popular da Hungria, da República Popular da Roménia, da República Popular da Bulgária e da República Popular da Albânia, reuniram-se em Moscovo para realizar uma Conferência, com a participação de um observador da República Popular da China, a fim de examinar a situação que se criou na Europa na base dos acordos adoptados nas conferências de alguns Estados ocidentais, efectuadas em Londres e Paris.

Os Governos dos Estados participantes da presente Conferência, deploram que nem todos os países europeus tenham julgado possível tomar parte no exame da situação criada. Também não participaram nela os promotores dos acordos de Londres e Paris: Os Estados Unidos da América, a França e a Inglaterra. A sua resposta, de 29 de Novembro, demonstra a preocupação de proceder com a maior brevidade à ratificação dos acordos de Paris.

A 23 de Outubro, na Conferência de Paris, firmaram-se determinados acordos relativos à Alemanha Ocidental, o que foi precedido de uma conferência, realizada em Londres, de nove países: Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Canadá. Estes Acordos prevêem a remilitarização da Alemanha Ocidental e a sua incorporação em coligações bélicas: o Bloco do Atlântico Norte e a chamada «União da Europa Ocidental», que neste momento se está a organizar.

Ainda recentemente se fizeram tentativas, para efectuar o restabelecimento do militarismo alemão, mediante a remilitarização da Alemanha Ocidental sob a bandeira da decantada «comunidade europeia de defesa». Estes intentos fracassaram por esbarrarem com a lógica resistência dos povos europeus e, principalmente, do povo francês. Agora, intenta-se conseguir o restabelecimento do militarismo alemão sob outra bandeira e, por consequência, faz-se todo o possível por acelerar com esse objectivo a ratificação dos acordos de Paris.

Nestas circunstâncias, os Governos das potências participantes da presente Conferência, consideram essencial chamar a atenção de todos os Estados europeus para o facto de que a aplicação dos acordos de Paris agravaria seriamente a situação internacional na Europa. Não só criaria novos e maiores obstáculos à solução do problema alemão e à restauração da unidade da Alemanha como Estado democrático e pacífico, como contraporía uma parte da Alemanha à outra, transformando a Alemanha Ocidental num perigoso foco de uma nova guerra na Europa. Em vez de promoverem a solução pacífica do problema alemão esses acordos dão pulso livre aos militaristas e aos revanchistas da Alemanha Ocidental, aumentando assim a ameaça à segurança dos povos europeus.

Os acordos de Paris estão em franca oposição às possibilidades que surgiram ultimamente no sentido de um abrandamento da tensão nas relações internacionais. Graças aos esforços dos Estados amantes da paz, em meados do ano passado foi posto termo à guerra da Coreia. A Conferência de Genebra, realizada este ano, contribuiu para o fim da guerra que se travava desde há oito anos na Indochina

e para uma certa normalização da situação nessa zona. Há que sublinhar também que a Organização das Nações Unidas se registou um certo progresso nas negociações acerca da redução geral dos armamentos e da proibição da arma atômica. Tudo isto foi conseguido, apesar da atitude dos círculos agressivos de alguns Estados que procuram agravar a situação internacional.

Todavia, enquanto aumentavam as possibilidades da solução dos problemas prementes do mundo, círculos dominantes dos países que participaram nas conferências de Londres e Paris, enveredaram pelo perigoso caminho do renascimento do militarismo alemão, sem tentarem saber quais as consequências que daí resultam.

Os acordos de Paris determinam a formação de um exército da Alemanha Ocidental de meio milhão de homens. Esta força armada na Alemanha Ocidental, será cinco vezes superior à que foi consentida pelo Tratado de Versáilles para toda a Alemanha, embora se saiba que os 100 000 soldados do exército alemão dessa época constituíram a base do exército hitleriano, formado por muitos milhões de homens.

Os militaristas alemães já hoje não escondem que nos seus cálculos está previsto o progressivo desenvolvimento do exército alemão ocidental e que este seja elevado de 12 para 30 divisões, e depois para 40 divisões. A criação do exército da Alemanha Ocidental significará, na prática a sua supremacia em relação aos exércitos dos demais participantes da «União da Europa Ocidental», o que incontestavelmente fará que as forças armadas, nas mãos dos militaristas da Alemanha Ocidental ocupem uma situação predominante na Europa Ocidental.

O perigo que advém da criação de um exército da Alemanha Ocidental é evidente, pois os principais cargos estão sendo ocupados pelos antigos generais de Hitler, aqueles que ainda não há muito foram os organizadores e executores da agressão fascista contra os povos da Europa oriental e ocidental.

Apesar dos acordos internacionais que determinam a supressão do potencial bélico alemão, restabelece-se abertamente a indústria de guerra na Alemanha Ocidental. A indústria pesada do Ruhr orienta-se cada vez mais, para a produção de armamentos. Não deve esquecer-se que se trata do mesmo Ruhr que foi várias vezes o principal arsenal onde se forjaram as armas destinadas às guerras agressivas dos militaristas alemães.

Além disso, os acordos de Paris permitem a investigação atômica, tornando possível a produção de armas atômicas e de hidrogénio na Alemanha Ocidental e o fornecimento de armas atômicas a esta zona alemã pelos outros países. Esses acordos dão ao exército da Alemanha Ocidental a oportunidade de possuir armas atômicas.

Daqui resulta que as armas atômicas ficarão nas mãos, daqueles que, ainda há pouco tempo, implantando a sangrenta «nova ordem» hitleriana, semearam a destruição e a morte na Europa e colocaram como objectivo o extermínio de nações inteiras. Foram eles que, nos campos de morte, assassinaram milhões de cidadãos pacíficos: polacos, russos, judeus, ucranianos, bielorrussos, franceses, sérvios, checos, eslovacos, belgas, noruegueses e de outras nacionalidades.

Isto significa que a arma atômica ficará nas mãos de pessoas que já falaram dos seus planos de desforra na Europa. A aplicação destes acordos aumentaria grandemente a ameaça de uma guerra atômica de extermínio, com as suas graves consequências para os povos, sobretudo nas regiões da Europa de mais densa população.

As afirmações de que a incorporação de uma Alemanha Ocidental remilitarizada numa união militar europeia ocidental, permitirá conter o crescimento do militarismo alemão, dentro de certos limites, provocam legítima desconfiança nos povos europeus. Tentativas semelhantes foram feitas anteriormente, mas fracassaram. Não se pode assegurar a Paz na Europa, abrindo o caminho ao renascimento do militarismo alemão, adormecendo sobre as garantias contra esse perigo, garantias cuja ineficácia é inteiramente evidente. A Paz, na Europa, só pode ser garantida desde que se torne impossível o ressurgimento do militarismo alemão.

A remilitarização da Alemanha Ocidental significa que o papel e a influência das forças militaristas e revanchistas irão crescendo dentro dela. Uma consequência inevitável desta situação seria o corte sucessivo das liberdades democráticas na Alemanha Ocidental e a sua transformação num Estado militarista. É sintomático que nos acordos de Paris não se tenha destinado qualquer cláusula que garanta os direitos democráticos à população da Alemanha Ocidental mas estipula-se neles que as autoridades alemãs ocidentais, ficam obrigadas a adoptar leis

sobre o «estado de emergência», medida claramente dirigida contra os direitos e liberdades democráticas da população.

Os acordos de Paris, que restabelecem o militarismo alemão e concedem, de facto, o Poder e atribuições extraordinárias aos militaristas, desbravam o caminho para a implantação de uma ditadura militar na Alemanha Ocidental. Estes acordos, além de serem estranhos aos interesses do Povo alemão, estão orientados directamente contra a classe operária alemã, tendem a sufocar as forças democráticas da Alemanha Ocidental. As condições que os acordos de Paris estipulam para a Alemanha Ocidental recordam bastante a situação que existia na Alemanha pouco antes da chegada dos hitlerianos ao Poder. É do conhecimento público que o direito do então Presidente da Alemanha, Hindenburgo, de declarar o «estado de emergência» foi utilizado pelos militaristas alemães para liquidar os direitos e as liberdades democráticas, para acabar com as organizações operárias e estabelecer uma ditadura fascista na Alemanha.

Nos acordos de Paris fala-se no «fim do regime de ocupação» e da concessão de uma pseudo «soberania» à Alemanha Ocidental. Mas, na realidade, a «soberania» da Alemanha Ocidental a que se referem os acordos de Paris reduz-se a conceder aos militaristas e revanchistas alemães ocidentais o direito de formar um exército que os promotores dos acordos de Paris esperam utilizar para os seus fins como carne de canhão. Ao mesmo tempo, os acordos de Paris impõem à Alemanha Ocidental que o seu território continue ocupado até 1993 pelas tropas dos Estados Unidos assim como pelas da Inglaterra e França e procuram portanto transformar a Alemanha Ocidental na principal praça de armas ao serviço dos intentos agressivos dos Estados Unidos na Europa. Em tais circunstâncias, é fácil verificar o valor das declarações sobre a «soberania» da Alemanha Ocidental, particularmente se se tiver em conta que continuam em vigor, nos acordos de Paris os artigos principais do escravizante tratado de Bonn.

Os acordos de Paris, contrariamente às declarações feitas por certos homens de Estado dos países ocidentais, só podem ser olhados como recusa virtual para resolver o problema alemão, como uma recusa para restaurar a unidade da Alemanha sob uma duradoura base democrática e pacífica. Os planos para a remilitarização da Alemanha Ocidental e para a sua inclusão nas ligações militares, constituem, actualmente, o principal obstáculo para a reunificação nacional da Alemanha. Isso significa que a eliminação de tal obstáculo tornaria possível que as quatro potências chegassem a acordo sobre o restabelecimento da unidade e da soberania da Alemanha e que realizassem para este efeito eleições livres em toda a Alemanha, tendo em conta os interesses do povo alemão.

Para organizar e armar um exército alemão ocidental de meio milhão de homens são necessários, segundo os cálculos dos políticos de Bonn, uns 100.000 milhões de marcos, o que cairá como um pesado fardo sobre os ombros dos trabalhadores da Alemanha Ocidental e, em primeiro lugar, sobre os ombros da classe operária e acarretará forçosamente uma descida vertical do seu nível de vida. A remilitarização da Alemanha Ocidental sómente promete vantagens aos grandes monopólios alemães ocidentais e vantagens ainda mais importantes aos monopólios dos Estados Unidos da América, Inglaterra e França, intimamente ligados àqueles, que se regozijam pensando já nos elevados lucros obtidos com os fornecimentos de armamento para o exército alemão ocidental em organização. Estes traficantes de armas lucrariam assim uma vez mais com a guerra que sómente traria aos povos da Europa vitimas e privações sem conto.

Agora, está acontecendo o mesmo que antes da segunda guerra mundial, quando os consórcios alemães forjaram as armas da agressão hitleriana, com o apoio e participação directa dos monopólios estrangeiros, e dos monopólios americanos em particular. Agora, a influência desses monopólios capitalistas estrangeiros fazendo sentir, cada vez mais, nos órgãos dirigentes dos Estados Unidos, que já ajudaram a preparar e a desencadear a segunda guerra mundial.

Os acordos de Paris comprovam que, também agora, os círculos dominantes de certas potências, em primeiro lugar os Estados Unidos, defendem o renascimento do militarismo alemão, querem e desejam servir-se da remilitarização da Alemanha Ocidental para realizarem os seus planos imperialistas. Esses acordos formam um bloco militar dos círculos agressivos dos Estados Unidos da América, da Inglaterra e da França, com o militarismo alemão. Esses acordos representam um conchavo efectuado às ocultas do povo alemão e dos povos dos outros Estados europeus que,

como se sabe, não foram consultados no decurso da preparação de tais acordos.

Semelhante bloco agressivo não pode servir os interesses da paz e da segurança na Europa. A sua formação agrava toda a situação da Europa e aumenta grandemente a ameaça de uma nova grande guerra mundial.

A formação do novo bloco militar está em contradição com o Tratado Franco-Soviético de Aliança e Auxílio Mútuo de 1911 e com o Tratado Anglo-Soviético de 1912 de Aliança e Auxílio Mútuo no pós-guerra, os quais prevêm a adopção de medidas conjuntas pela França, Grã-Bretanha e União Soviética no sentido de tornar impossível uma nova agressão do militarismo alemão. Está em contradição com os acordos internacionais efectuados entre os Estados participantes da presente Conferência e outros Estados, acordos que têm por finalidade garantir a paz e a segurança em todos os países da Europa. A remilitarização da Alemanha Ocidental e a sua inclusão em coligações militares são incompatíveis, também, com os compromissos internacionais, destinados a impedir o renascimento do militarismo alemão, compromissos que os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha e depois a França, assumiram pelo Acordo de Postdam. Tal violação das obrigações assumidas pelos Estados Unidos, França e Inglaterra em tratados e acordos, mina a confiança das relações entre os Estados e está em flagrante contradição com os interesses da segurança dos povos da Europa.

As razões alegadas para a constituição desta nova coligação militar, baseiam-se em que elas são essenciais para a segurança dos Estados participantes no bloco embora, de facto, ninguém os ameace. Tenta-se justificar a remilitarização da Alemanha Ocidental e a sua inclusão nas coligações militares de certos países ocidentais, argumentando que as relações com a União Soviética e as Democracias Populares devem basear-se em «posições de força». Ao mesmo tempo, alega-se que tal política contribui para criar condições mais favoráveis às negociações e à solução dos problemas internacionais pendentes. Os defensores desta política, bastante desacreditada, agora, não escondem que queriam impôr aos outros Estados decisões vantajosas para os círculos imperialistas de certas potências ocidentais. Assim se traduzem na prática os objectivos destes círculos para estabelecerem a hegemonia mundial. Mas não deviam esquecer-se contudo, como terminaram objectivos idênticos de supremacia mundial.

Sabe-se que também no passado se formaram coligações militares de certos Estados europeus dirigidas contra outros Estados europeus. Nas vésperas da segunda guerra mundial, a Alemanha hitleriana e a Itália fascista criaram uma coligação militar agressiva à qual se juntou o militarismo japonês. Os organizadores desta coligação, conhecida por Pacto Anti Comintern, tentaram justificar a sua criação com motivos «ideológicos», mas na realidade tratava-se de uma máscara para ocultar o verdadeiro carácter agressivo desse bloco militar que pretendia a supremacia mundial. Sabe-se também que os organizadores dessa coligação militar são os principais responsáveis pelo desencadeamento da segunda guerra mundial.

Algo semelhante se está repetindo hoje, quando os organizadores das novas coligações militares tentam justificar a sua formação, invocando a diferença de sistema social dos Estados. Contudo, há tanta verdade nas suas declarações como havia nas declarações dos criadores do «Pacto Anti-Comintern», que formaram esse pacto para desencadear a última guerra, onde foram derrotados.

Tudo isto demonstra que as coligações militares de certos Estados ocidentais, com a participação de uma Alemanha Ocidental remilitarizada, não podem servir a causa da paz e da segurança na Europa, quaisquer que sejam as razões para justificar a sua formação. Pelo contrário, essas coligações agravam seriamente a situação na Europa e provocarão inevitavelmente a aceleração da corrida aos armamentos, com as perigosas consequências que daí resultam para todos os Estados europeus e não europeus.

Se tais coligações militares aumentarem os exércitos, as forças aéreas e outras armas, e se fizerem renascer o agressivo militarismo alemão, então os outros Estados da Europa serão inevitavelmente forçados a tomar medidas efectivas de auto-defesa para impedir a agressão. Em virtude desta situação todos os Estados interessados em manter a paz e a segurança na Europa devem procurar impedir o ressurgimento do militarismo alemão, devem evitar a possibilidade da intensificação da corrida aos armamentos e procurar unir os esforços de todos os Estados europeus no sentido de garantir a segurança da Europa.

Reconhecendo que a solução do problema alemão constitui a tarefa princi-

pal do fortalecimento da Paz na Europa, os governos da U.R.S.S., da República Popular da Polónia, República da Checoslováquia, República Democrática Alemã, República Popular da Hungria, República Popular da Roménia, República Popular da Bulgária e República Popular da Albénia consideram que, para solucionar o problema alemão é necessário, primeiro que tudo:

- Renunciar aos projectos de remilitarização da Alemanha Ocidental e a sua inclusão em coligações guerreiras, o que eliminará os obstáculos principais que se opõem à reunificação da Alemanha em bases pacíficas e democráticas.
- Chegar a acordo sobre a efectivação, em 1955, de eleições livres em toda a Alemanha e, nesta base, formar um governo alemão numa Alemanha unida, democrática e amante da Paz.

Então será possível finalmente concluir um tratado de Paz com a Alemanha, indispensável para consolidar a Paz na Europa.

Deve-se reconhecer que a retirada das tropas de ocupação dos territórios do Leste e do Oeste da Alemanha como foi proposta pela União Soviética, facilitaria grandemente a aproximação de ambas as partes da Alemanha e contribuiria para a solução do problema do restabelecimento da Unidade da Alemanha.

Para garantir a segurança da Europa é necessário que as potências interessadas cheguem a acordo quanto à unificação da Alemanha, já que isto corresponde aos interesses dos povos amantes da Paz na Europa e aos interesses do próprio povo Alemão. O caminho seguido pelos Estados Unidos, França e Inglaterra para a remilitarização da Alemanha Ocidental e o seu enclivamento em coligações militares, torna tal acordo impossível. Este caminho não só não contribui para garantir a segurança na Europa, como representa, aos olhos dos povos pacíficos, uma política que ameaça a Paz na Europa.

A verdadeira segurança na Europa só pode ser assegurada se, em vez de coligações militares fechadas de uns Estados europeus contra outros Estados europeus, se criar um sistema de segurança colectiva na Europa. Tal sistema de segurança, baseado na participação de todos os países europeus, sem distinção de regime social e estatal, permitiria aos países europeus a unificação dos seus esforços no sentido de assegurar a paz na Europa. Subentende-se que se deve assegurar a participação do povo alemão em igualdade de direitos na solução desta importante tarefa para toda a Europa. A um tal sistema de segurança colectiva poderiam juntar-se também os Estados Unidos ao lado dos demais países responsáveis pela solução do problema alemão, o que teria uma decisiva importância para garantir a Paz na Europa.

O sistema geral europeu de segurança colectiva deve estabelecer o compromisso dos Estados participantes solucionarem todos os litígios que possam surgir entre eles, de acordo com a Carta das Nações Unidas para que não façam perigar a Paz e a segurança da Europa. Tal sistema deve prever consultas sempre que, na opinião de qualquer dos Estados participantes, surja a ameaça de um ataque armado na Europa, com o objectivo de adoptar medidas eficazes para eliminar semelhante ameaça. Para que seja eficaz, este sistema deve estabelecer que qualquer ataque a um ou a alguns dos países europeus será considerado como um ataque a todos os Estados participantes do Tratado geral europeu, e cada um dos seus participantes prestará auxílio ao Estado atacado por todos os meios ao seu alcance, inclusive o emprego de forças armadas, com o objectivo de restaurar e manter a paz e a segurança na Europa.

A formação de um tal sistema geral europeu de segurança colectiva, corresponderia completamente às exigências do reforçamento da colaboração internacional de acordo com os princípios da respeito pela independência e soberania dos países, pequenos ou grandes, e da não-intervenção nos seus assuntos internos. A criação deste sistema de segurança colectiva facilitaria, grandemente, também, a possibilidade de resolver o problema alemão, porquanto exclui a transformação da Alemanha Ocidental num estado militarista e cria condições favoráveis ao restabelecimento da Unidade da Alemanha.

A organização da segurança colectiva na Europa e a unificação da Alemanha em bases pacíficas e democráticas é o caminho que garantirá o desenvolvimento da Alemanha como uma das grandes potências. Ao contrário da via militarista pela qual se encaminhou o desenvolvimento da Alemanha no passado, e que conduziu repetidas vezes às mais graves consequências para a nação alemã, a reunificação da Alemanha acompanhada do estabelecimento da segurança colectiva na Europa abrirá vastas possibilidades para a elevação da economia da paz alemã, da sua industria e da sua agricultura, para o desenvolvimento de amplas relações económicas entre a Alemanha e outros países, em particular os da Europa Oriental.

e da Ásia, com a sua enorme população e os seus inesgotáveis recursos. O desenvolvimento da Alemanha num clima de Paz e na base da existência de extensas relações económicas com os outros países abriria vastos mercados para a sua indústria, asseguraria trabalho à sua população e contribuiria para elevar o seu nível de vida.

O futuro da Alemanha como grande potência está, directamente dependente do facto dela seguir o caminho do desenvolvimento e cooperação pacíficos com os outros países europeus ou de seguir o caminho que leva a uma nova guerra. O caminho do desenvolvimento pacífico e da cooperação internacional, seguido pela República Democrática Alemã, leva ao renascimento da Alemanha e ao seu florescimento. O outro caminho, para onde os militaristas tentam levar a Alemanha, conduz a uma nova guerra e, portanto, à sua transformação numa zona de fogo e de destruição.

Tudo isto mostra que os verdadeiros interesses nacionais do povo alemão são inseparáveis dos interesses da Paz e do estabelecimento de um sistema efectivo de segurança colectiva europeia.

Os Estados participantes na Conferência de Moscovo dão a sua completa adesão aos princípios formulados no projecto de «Tratado Geral Europeu de Segurança Colectiva na Europa», apresentado pelo Governo da U.R.S.S. Convidam todos os países europeus para estudarem conjuntamente essas propostas que correspondem às exigências necessárias para assegurar uma Paz duradoura na Europa. Os participantes da Conferência declaram-se igualmente prontos a examinar quaisquer outras propostas sobre este problema, com vistas à elaboração de um projecto de Tratado de Segurança Colectiva Europeia, que seja aceite por todos os países interessados.

Os países participantes nesta Conferência estão profundamente convencidos de que a segurança da Europa, baseada nos princípios acima mencionados, e fortalecida por relações amigáveis entre os países europeus, poriam fim à situação, a qual a Europa está periodicamente sujeita, de guerras devastadoras com as suas incalculáveis perdas humanas.

Espera-se que em breve os parlamentos de alguns Estados ocidentais examinem o problema da ratificação dos acordos de Paris. Por parte dos meios oficiais de certos Estados exerce-se uma pressão cada vez mais forte sobre os parlamentos e os círculos sociais para impôr a ratificação destes acordos.

Por este motivo, o Governo da U.S.S.S., da República Popular da Polónia, República da Checoslováquia, República Democrática Alemã, República Popular da Hungria, República Popular da Roménia, República Popular da Bulgária e República Popular da Albânia consideram seu dever chamar a atenção de todos os países europeus, especialmente dos Estados signatários dos acordos de Paris, para o facto de que a ratificação desses acordos constituiria um acto dirigido contra a manutenção da Paz e a favor da preparação de uma nova guerra na Europa. A ratificação, complicaria grandemente a situação na Europa e minaria as possibilidades de se resolverem os problemas pendentes europeus, principalmente o problema Alemão.

A ratificação e a aplicação desses acordos, agravando os perigos de guerra, representam uma ameaça à segurança nacional dos países europeus amantes da Paz e principalmente dos países vizinhos da Alemanha.

Essa ameaça é uma resultante das medidas económicas e militares, que os países signatários dos acordos de Paris estão elaborando, em grau crescente, contra os países da Europa amantes da Paz. E foram já tão longe que constituiram um bloco militar com o militarismo alemão e prepararam-se para remilitarizar a Alemanha Ocidental, ameaçando a continuidade da existência pacífica dos Estados que não pertencem às suas coligações militares. As forças armadas dos Estados participantes nos acordos de Paris, incluem agora o exército da Alemanha Ocidental, sob a direcção de generais hitlerianos. A política de «posições de força» conta directamente com o militarismo alemão, que está sendo ressuscitado. Uma tal medida cria o perigo de uma nova guerra na Europa.

A situação que foi criada, coloca na ordem do dia a tarefa de unificar os esforços dos Estados representados nesta Conferência, com o objectivo de garantir a sua segurança. Os Estados amantes da Paz vêem-se forçados a adoptar medidas inadiáveis para contrapor às forças agressivas do bloco militar das potências ocidentais, a força unida dos Estados amantes da Paz, para garantia da sua segurança.

Os Estados participantes nesta Conferência declaram que, na eventualidade dos acordos de Paris serem ratificados, estão decididos a levar a cabo medidas conjuntas de organização e comando das forças armadas, e outras medidas indispensáveis ao fortalecimento da sua capacidade de defesa a fim de salvaguardar

rem o trabalho pacífico dos seus povos, de garantirem a integridade das suas fronteiras e territórios e de assegurarem a defesa perante uma possível agressão.

Todas estas medidas estão de acordo com o direito inalienável dos Estados a auto-defesa, com a Carta das Nações Unidas e com os acordos e tratados previamente concluídos, e orientados contra o ressurgimento do militarismo alemão para evitar uma nova agressão na Europa.

Os Estados participantes nesta Conferência resolveram examinar de novo a situação, caso os acordos de Paris sejam ratificados, a fim de tomarem as necessárias medidas para salvaguarda da sua segurança, no interesse da manutenção da Paz na Europa.

Os Estados participantes nesta Conferência, estão inteiramente decididos a continuar a insistir na criação de um sistema colectivo de segurança europeia, convencidos de que só os esforços conjuntos das nações europeias podem lançar as bases para uma Paz duradoira na Europa. Com este objectivo, estão dispostos a cooperar no futuro com outros Estados europeus que manifestem o desejo de seguir este caminho.

Os governos dos Estados participantes nesta Conferência de Moscovo de Países Europeus para garantia da Paz e segurança da Europa, estão profundamente convencidos de que a sua política, baseada no reforçamento da paz e da segurança universal, bem como as medidas tomadas por esta Conferência, correspondem aos interesses dos nossos povos e de outros povos amantes da paz.

Os povos da União Soviética, da Polónia, Checoslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária, Albânia e República Democrática Alemã, estão dedicados ao trabalho pacífico e criador. Os seus esforços são orientados no sentido de um futuro desenvolvimento económico e cultural, da elevação do nível de vida dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, no sentido de assegurar a defesa eficaz das suas grandes realizações socialistas. Não existem forças no mundo capaz de fazer retroceder a marcha da História e de impedir a construção do socialismo nos nossos países.

Os povos dos nossos Estados compreendem que os acordos de Paris acentuaram de forma considerável a ameaça de uma nova guerra. Mas não permitirão que o desenrolar dos acontecimentos os apanhe desprevenidos.

Os nossos povos têm confiança nas suas forças e nos seus recursos inesgotáveis. Nunca as forças da paz e do socialismo foram tão poderosas e tão unidas como hoje. Toda a tentativa de ataque, de desencadeamento de uma guerra ou de interrupção da vida pacífica dos nossos povos, terá uma réplica esmagadora. E então os nossos povos, apoiando-se na simpatia e ajuda dos outros povos, farão tudo para destruir as forças de agressão e para que triunfe a nossa justa causa.

Os nossos povos desejam viver em Paz e ter relações amigáveis com todos os demais povos. Precisamente por isso, ao mesmo tempo que, salvaguardam ao máximo e quanto ao futuro os interesses da paz e da segurança geral, farão tudo o que for necessário para continuar a garantir o caminho pacífico do seu desenvolvimento e a devida segurança dos seus Estados.

pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — V. Molotov
pela República Popular da Polónia — J. Cyrankiewicz
pela República da Checoslováquia — V. Siroky
pela República Democrática Alemã — O. Grotewohl
pela República Popular da Hungria — A. Hegedüs
pela República Popular da Roménia — S. Cioba
pela República Popular da Bulgária — A. Yugov
pela República Popular da Albânia — M. Muftiu

Moscovo, 2 de Dezembro de 1954.